

Para reformar a Previdência Social no Brasil, uma das dez propostas estudadas pela equipe econômica de Jair Bolsonaro (PSL), primeiro militar eleito após a redemocratização do País, é o sistema de capitalização. Esse modelo de privatização da previdência foi implementado no Chile, no início da década de 80, durante o governo do ditador Augusto Pinochet.

Por esse sistema de capitalização, cada trabalhador contribui isoladamente para si mesmo, fazendo a sua própria poupança. O dinheiro fica depositado numa conta individual, enquanto é administrado por empresas privadas que podem investir no mercado financeiro.

O problema é que os trabalhadores que recebem salários mais baixos acumulam pouco recurso ao longo da vida laboral. Além disso, os rendimentos desses recursos no mercado financeiro podem ficar abaixo de outras modalidades de investimentos.

Na avaliação do presidente da Anapar, caso esse sistema de capitalização venha a ser implementado no Brasil, as consequências serão piores do que no Chile.

“O Brasil figura na lista dos dez países mais desiguais do mundo, segundo a ONU. Está à frente do Chile, inclusive. Então, uma proposta como essa de privatização da Previdência Social só vai piorar o que já está ruim”, avalia Antônio Braulio de Carvalho.

Atualmente, o governo chileno de centro-direita de Sebastián Piñera estuda uma forma de alterar esse modelo. O motivo da reformulação deve-se ao empobrecimento das pessoas que estão chegando a aposentaria agora. Alguns aposentados chegam a receber 30% do salário que recebiam na ativa.

No Chile, o salário mínimo é de aproximadamente 264 mil pesos (cerca de R\$ 1.226,20). No entanto, segundo reportagem da BBC Brasil, 90,9% dos aposentados estão recebendo quase a metade do salário mínimo, 149.435 pesos (R\$ 694,08).

Com a privatização da Previdência, os trabalhadores chilenos são obrigados a depositar pelo menos 10% do salário por no mínimo 20 anos para se aposentar. A idade mínima para mulheres é 60 anos e para homens, 65.

Fonte: Anapar, em 06.11.2018.